

A DIFÍCIL ROTA PARA A RETOMA

O JE pediu a 33 líderes (das áreas da economia, política e sociedade) as receitas que podem ajudar o país a sair de uma crise inesperada. Confiança, apoios, investimento e inovação são alguns dos ingredientes vistos como essenciais. **SHRIKESH LAXMIDAS**

COMO É QUE PORTUGAL PODE GARANTIR UMA RECUPERAÇÃO RÁPIDA E ROBUSTA?



MIGUEL MAYA
CEO do Millennium bcp

Nesta fase em que nos encontramos, acreditar em certezas e garantias sobre a velocidade e a robustez da recuperação, venham essas promessas de quem quer que seja, é um erro que não podemos cometer. Estamos a lidar com algo novo e desconhecido. Não há certezas, não há atalhos, não há fórmulas milagrosas que garantam o sucesso. Há ciência e há trabalho, são esses os eixos a utilizar para projetar o futuro. O talento e o esforço de cada um de nós devem ser colocados com determinação nas atuações de um empreendedor; para superar a crise, para valorizarmos o nosso potencial e para podermos perspetivar uma vida melhor, com uma economia mais competitiva e numa sociedade mais inclusiva e justa.

A superação da crise económica requer a superação da crise sanitária. Há que apoiar e confiar na ciência e nos profissionais médicos, nos cientistas que estão a trabalhar na cura e na prevenção. No dia a dia respeitamos diligentemente as recomendações de prevenção. Para o futuro, haverá que investir mais na qualificação de cientistas e alterar os hábitos e os comportamentos sociais, há que contribuir na primeira pessoa, através das atuações e do voto (sim, pelo voto se escolhem as prioridades), para uma sociedade mais justa e equilibrada e que tenha mais respeito pela biodiversidade.

A lucidez sobre a dimensão das adversidades e das ameaças não nos pode atemorizar nem paralisar, sendo fundamental entender os riscos e ter a perspetiva de que esta crise traz consigo também enormes oportunidades. A natureza da crise e a robustez da resposta ao nível dos estímulos financeiros e fiscais, dos quais há que destacar a enorme relevância política e económica do programa Europeu Next Generation, permitem antever que esta crise seja sucedida por uma forte recuperação; mas será de uma enorme falta de ambição aspirarmos apenas chegar aonde estávamos.

Não podemos desperdiçar esta crise

para mudarmos de paradigma, para evoluirmos. As prioridades de atuação não se podem ficar pela resposta às urgências. Há que reformar o funcionamento das instituições, há que definir as prioridades no investimento em educação científica (...criação de centros de competência em data science e automação), há que criar condições para que as empresas tenham vantagens em estarem sedeadas e em criarem emprego em Portugal (...enquadramento fiscal e laboral competitivo), há que premiar o mérito e o trabalho de forma relevante para estimular o empreendedorismo e a inovação, mas também de forma equilibrada para garantir a coesão. Em suma, mesmo que sem garantias de sucesso, estou convicto que sairemos mais rapidamente e mais robustos desta crise se formos mais exigentes connosco e com os outros.



CÉLINE ABECASSIS-MOEDAS
Diretora da Formação de Executivos da Católica Lisbon, School of Business & Economics

1. Recorrer à inovação e digitalização. A crise da Covid-19 obrigou as empresas a apressar os seus processos de digitalização. Tal deve ser encarado como uma oportunidade para muitos serviços se modernizarem, simplificarem processos através da digitalização. Por exemplo, as teleconsultas aumentaram exponencialmente durante a pandemia. Este é um novo hábito que pode e deve ficar. Em muitos países do mundo, a função pública está a ser obrigada a digitalizar-se e a oferecer serviços online. Portugal pode e deve avançar neste caminho que é positivo para a sociedade como um todo.

2. Apostar na formação. Este "novo mundo" é muito desafiante, e as pessoas e empresas têm de se preparar para esta nova realidade, mais digital e ao mesmo tempo com desafios grandes ao nível, por exemplo, da gestão de pessoas à distância. A formação técnica (digital) e comportamental vai fazer a diferença nesta nova realidade. Investir na formação é uma maneira de nos prepararmos para o futuro.

3. Prevenir e evitar a "pink recession". Esta crise está a afetar mais as mulheres, porque são elas as mais impactadas pelas tarefas domésticas e o apoio aos filhos em idade escolar, sacrificando muitas vezes os seus trabalhos, mas também porque são as mulheres que estão mais representadas nas indústrias mais afetadas pela crise (como o turismo). O suporte às famílias, protegendo o emprego feminino, é essencial para a retoma económica.



LUÍS MÁXIMO DOS SANTOS
Vice-governador do Banco de Portugal

Por mais distantes no tempo, todas as pandemias conduziram a profundas alterações sociais, mesmo que, muitas vezes, a História não as tenha valorizado suficientemente enquanto fator de advento de novos tempos.

A pandemia da Covid-19 não vai ser exceção. Tem sido interessante o debate sobre se a pandemia está, sobretudo, a acelerar tendências já em curso ou se, mais do que isso, irá gerar "um verdadeiro novo mundo", seja, por exemplo, na ordem geopolítica e geoeconómica mundial, na estruturação dos regimes políticos, na transformação digital do nosso modo de vida, na maneira como trabalhamos e, em última análise, como nos relacionamos e vivemos. Provavelmente as duas perspetivas estão certas, pois não se excluem, antes convergem, uma vez que, na verdade, a tremenda aceleração das tendências que já se manifestavam é, só por si, algo suficientemente poderoso para gerar o dito "novo mundo".

O distanciamento social contraria a essência do ser humano. Nós não existimos sem os outros; precisamos da sua proximidade para nos realizarmos e sermos felizes. Mesmo o "homem digital" precisa de grandes celebrações coletivas. Da comunhão que advém de participarmos numa celebração religiosa, numa celebração política, de partilharmos o prazer das artes, ou mesmo, mais prosaicamente, a paixão por um desporto ou um clube.

Por isso, sendo neste momento a necessidade do distanciamento social um facto, que se espere transitório, todas as políticas públicas – em especial a económica –, têm de colocar os seus instrumentos ao serviço da preservação do essencial: garantir que continuamos a ser uma comunidade e não um arquipélago de impotências. Se perdermos isso, perdemos tudo. Não por acaso, a fraternidade – uma palavra/conceito que, há demasiado tempo, quase não pode ser escrita sem gerar nos leitores um sorriso cinico –, está no centro do cristianismo, mas foi também um dos lemas da Revolução Francesa.

Uma pandemia é algo tão atentatório da condição humana que olhá-la como "uma oportunidade" soa a retórica de políticos e gestores pouco inspirados. Coisa diferente é dizer que o nosso futuro será ditado pelo modo como formos capazes de lidar com ela.

A pandemia uniu o mundo nas mes-

mas preocupações. Não atingiu os países e os habitantes por igual, mas em todos despertou o sentimento da eterna fragilidade do ser humano, o medo de soçobrar. Quebrou o sentimento de omnipotência do Homem que a tecnologia vinha alimentando, fez-nos relembrar que, apesar dos seus extraordinários êxitos, a ciência tem limitações. Iniciado sob o signo do terrorismo apocalíptico, com o 11 de setembro de 2001, o século XXI viu surgir duas tremendas crises no espaço de dez anos: a crise financeira global e a crise provocada pela pandemia. É muito duro para apenas dez anos.

Se, no caso da "gripe espanhola", a guerra (Primeira Mundial) espalhou a pandemia, não creio que seja elevado o risco de, desta vez, ser a pandemia a espalhar a guerra. Mas a violência está à espreita sob muitas outras formas. O melhor antídoto para a prevenir é promover políticas económicas e sociais centradas no reforço dos laços comunitários, que combatam a pandemia da desigualdade - há muito em expansão, mesmo reconhecendo os resultados positivos que, de um ponto de vista mundial, a globalização trouxe no combate à pobreza -, que enrijam o sentimento de que todos contamos, que impeçam que o "distanciamento social" seja o definitivo triunfo da indiferença perante o destino dos nossos concidadãos.

A economia nunca deveria ter perdido de vista que é uma ciência social. Sabemos que os nossos atuais níveis de consumo não são sustentáveis. Mas a sua indispensável moderação tem de ser feita sem gerar outras formas de insustentabilidade, em especial a da pobreza crescente.



ISABEL UCHA
Presidente da Euronext Lisbon

Esta crise pandémica reduziu ou mesmo parou algumas atividades económicas de grande relevância para a economia portuguesa e para o emprego. No entanto, espera-se que esta paragem seja temporária, e que, quando encontrada uma vacina, possamos recuperar níveis de atividade semelhantes aos anteriores à pandemia. A rapidez da recuperação depende muito da reação das pessoas, designadamente na sua confiança para a retoma de hábitos de consumo e decisões de investimento. Ainda é incerta a forma e o ritmo a que vamos voltar a viajar, a sair para um espetáculo, ou decidir investir num novo negócio. Mas a recuperação rápida que todos

desejamos, também depende muito de sermos capazes de manter a capacidade produtiva ativa, isto é, de não deixarmos destruir empresas durante este tempo de maior restrição e incerteza. Por exemplo, é importante que os nossos hotéis possam estar abertos, quando os fluxos de turismo recuperarem. Os apoios públicos já disponíveis, e outros que venham a ser acrescentados, são muito relevantes para preservarmos a capacidade produtiva e o equilíbrio social, e acelerar a recuperação económica.

Neste momento de paragem, e onde alguma reflexão tem vindo a ser realizada sobre os objetivos estratégicos do país para os próximos 10 anos, cabe também procurar incentivar formas de financiamento mais diversificadas, e que proporcionem uma recuperação económica assente em empresas mais fortes e mais capitalizadas.



PAULO RANGEL
Eurodeputado do PSD

O primeiro objetivo deve ser a recuperação robusta e consistente, tão rápida quanto possível. De nada vale uma recuperação rápida, se frágil e reversível. Para tanto, temos de apostar no planeamento estratégico. Os prazos são apertados e o Governo perdeu tempo. Enquanto respondíamos à vaga inicial, muito trabalho podia ter sido feito, usando a administração e as universidades em concertação com os partidos e os parceiros sociais. O Plano Costa e Silva não é um plano: é um guião estratégico, sem quantificação e sem escolhas claras.

A digitalização e o ambiente têm de ser prioridades horizontais. Não faz sentido reerguer a "velha" economia: a terrível destruição em curso tem de ser aproveitada para saltar etapas tecnológicas e ambientais. A energia e a mobilidade ferroviária devem ser eixos de alívio dos "custos de contexto". O regresso à indústria, altamente digitalizada e "circular", é crucial; diminuindo o sobrepreço dos serviços na economia. O mar e os recursos marinhos (pesca incluída) têm de ser uma aposta. Investigação científica, por um lado, e ensino técnico adequado, por outro, devem ser o foco dos recursos humanos. A infraestrutura de internet "universal" – vital para a educação – deve ser uma meta. Este tipo de medidas sectoriais deve ser alavancado por três linhas políticas: escrutínio rigoroso e público do uso dos fundos; reforma do sistema de justiça, no acesso e celeridade; descentralização territorial, assegurando coesão interna (e não apenas europeia).



MIGUEL ALMEIDA
CEO da NOS SGPS

O contexto de pandemia que vivemos criou uma situação nova às sociedades e à economia, dominadas pela incerteza que deriva do medo. O receio e a ausência de um vislumbre de tratamento eficaz e universal para o novo coronavírus tem colocado as famílias e as empresas num patamar de reavaliação contínuo. Uma reavaliação que se materializa nas decisões de consumo, por parte das famílias, e de ponderação do investimento por parte das empresas.

A retoma económica será tanto mais rápida, quanto a evolução da confiança que os diversos atores económicos tiverem no futuro próximo, não apenas em Portugal, mas nas diferentes economias com as quais nos relacionamos. O primeiro grande passo deverá ser o de assegurar níveis de confiança que permitam retomar as atividades económicas em segurança, e dar perspetivas de alguma normalização dos mercados. Esta pausa, que exige um esforço de todos, famílias, empresas, Estados, deverá ser aproveitada para uma reflexão profunda sobre o paradigma em que assenta a atividade económica, sobre as cadeias de abastecimento e sobre a necessidade de uma menor dependência, sobretudo em alguns setores mais críticos, de mercados muito localizados.

Num mundo e numa economia global, a economia portuguesa poderá, com base no reforço de vetores como a inovação, a eficiência e uma profunda aposta na educação e na qualificação das nossas pessoas, sair desta crise pandémica mais competitiva e com melhores condições para crescer.

As empresas e as famílias estão ávidas de voltar à normalidade, de planejar, investir e executar, mas só terão condições para o fazer, se os níveis de segurança e de confiança forem superiores ao medo que se enraizou e que tolhe a ação.



MÁRIO VAZ
CEO da Vodafone Portugal

A crise provocada pela Covid-19 deixou profundas marcas no tecido económico e social. A atual conjuntura ainda exige um jogo de equilíbrio para, simultaneamente, controlar a pandemia e reanimar a economia.

A Confiança é, neste contexto, um ativo indispensável para este equilíbrio. No que à pandemia diz respeito, é essencial garantir um elevado nível de Confiança nas Instituições de Saúde para assegurar a aceitação e o cumprimento das regras. No que à economia se refe-

re, é fundamental que, conscientes das dificuldades e limitações existentes, possamos garantir a resiliência das empresas para a preservação do emprego. Essa resiliência terá de conviver com um processo de transformação, exigindo o apoio de políticas públicas que, embora com sentido de emergência, deverão ter um propósito estratégico de longo prazo, antecipando o período de retoma pós-pandemia. É neste contexto que a resposta europeia – e a adequada gestão de fundos comunitários a nível nacional – ganha um papel determinante para atenuar o choque económico negativo e reconstruir a economia em função de uma nova realidade.

A retoma económica será, assim, tão rápida e robusta quanto maior for a articulação entre decisores, reguladores, agentes económicos e sociedade civil. É crucial uma eficiente coordenação entre políticas públicas – consistentes, duradouras e inclusivas – e o papel das organizações privadas, conhecedoras não só da realidade portuguesa como também efetivamente comprometidas com o País.

A este respeito, as empresas de telecomunicações têm dado prova de sérios e avultados investimentos e firmes compromissos, como aliás ficou provado na irrepreensível e rápida resposta à pandemia. Torna-se assim obrigatório, na atual conjuntura de recessão, privilegiar e maximizar os investimentos eficientes que possam impulsionar verdadeiramente a economia portuguesa. É imperativo garantir o fomento das redes 5G num enquadramento que, acima de tudo, garanta as condições para o desenvolvimento sustentado do mercado das comunicações eletrónicas e cumpra os objetivos de interesse nacional de recuperação económica e de aceleração da transformação digital.



JOÃO ALMEIDA LOPES
Presidente da APIFARMA

Além do cumprimento da sua missão humanitária e social, essencial para combater a pandemia que atravessamos, a chave para a recuperação da economia e para o reequilíbrio do bem-estar social reside nos setores da Saúde, em Portugal e no Mundo.

Prova disso, o facto de a Comissão Europeia considerar a Saúde a grande prioridade da Europa, colocando em marcha um plano para alcançar esse grande desígnio, onde se incluem a reindustrialização da Europa e a criação de uma reserva estratégica de produtos de Saúde. Este é um objetivo só concretizável com o apoio e contributo das empresas farmacêuticas e biotecnológicas europeias que produzem medicamentos, vacinas, meios de diagnóstico, dispositivos médicos e demais tecnologias de saúde.

Portugal não pode ficar fora deste novo ciclo e, para isso, temos, desde já, de apoiar e investir na indústria nacional. As nossas empresas demonstraram estar preparadas, não só dando resposta às necessidades de saúde dos cidadãos, mas também a reorientar as suas unidades produtivas para novos produtos de saúde.

Esta capacidade pode ser ainda mais expressiva caso as condições de atratividade do país favoreçam a captação de investimento externo. A título de exemplo, refira-se a investigação clínica, área na qual Portugal pode e deve ser mais competitivo, em que pode ter argumentos para convencer as biotecnológicas internacionais e captar mais ensaios clínicos, com ganhos para o doente, para o Estado e para os profissionais de saúde.

E para aqueles que consideram a Saúde uma despesa, importa reiterar que a indústria farmacêutica gera 2,1 euros por cada euro investido, um rácio acima da média de todos os setores em Portugal, como mostrou o estudo "O Valor do Medicamento em Portugal". Os números são por demais esclarecedores. A Saúde é um poderoso motor de sustentação e de crescimento económico. O relançamento de uma nova economia para Portugal, assente no conhecimento, na inovação, na biomedicina, nas ciências da vida e na investigação, é uma oportunidade real que permitiria crescer de forma sólida e estruturada, com impactos consistentes e significativos ao nível do emprego, das exportações e do investimento externo.



ROGÉRIO CAMPOS HENRIQUES
CEO da Fidelidade

Mais do que inventar uma receita mágica e rápida, que não existe, Portugal precisa de melhorar estruturalmente, melhorando também a forma como implementa essa receita, catalizando os vários 'stakeholders', aumentando a qualidade da execução dos planos e mantendo a consistência das opções ao longo do tempo.

Não há dúvida que a pandemia e o confinamento criaram uma crise grave, mas também mudaram paradigmas e revelaram oportunidades que têm que ser aproveitadas, mais ainda no contexto dos fundos que irão ser investidos ao longo dos próximos anos. A disrupção criada e a aceleração da transformação digital que se está a produzir voltam a abrir uma janela de oportunidade para que Portugal se posicione de forma mais decisiva como país competitivo no quadro global, alavancando nos nossos pontos fortes, como um destino mais atrativo para novos investimentos, de que bem precisamos.

Temos que apostar em captar e desenvolver as melhores empresas, empresas mais fortes e mais internacionais, mais robustas financeiramente, com horizontes claros e ambição global. Portugal deve apostar mais na educação e formação, apoiar a inovação e a digitalização da economia, e fazer um contínuo investimento nas empresas que criam mais valor e exportam produtos e serviços com 'know-how' e alto valor acrescentado.

Por outro lado, e aqui nada de novo, precisamos de um Estado que promova melhor execução, garanta estabilidade fiscal, política e social e uma justiça mais eficaz, mas que reconheça também e atue sobre os desafios estruturais que temos pela frente, de que des-

taçaria a demografia, a saúde e a proteção dos cidadãos, nomeadamente, na saúde e na reforma. Os desafios são de tal forma grandes nestas áreas - apoio efetivo à natalidade, melhoria da eficiência global do sistema de saúde, a promoção de hábitos de vida saudáveis e da poupança para a reforma - que requerem uma visão integrada e uma forte complementaridade entre 'players' públicos e privados. Portugal tem que ser atrativo e sustentável. Não precisamos apenas de mais turistas, devemos melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem e trabalham em Portugal. Precisamos de uma sociedade mais jovem, mais saudável e mais dinâmica e para isso, Estado e empresas necessitam de atrair e reter o talento jovem, português e não só. Portugal precisa dos portugueses e que os melhores portugueses (e já agora também estrangeiros) queiram trabalhar em Portugal. E Portugal não é o Estado, não são "eles". Portugal somos todos nós.



DOMINGOS CRUZ
Managing partner da CCA

A economia portuguesa não é propriamente um modelo em recuperações rápidas e robustas, pelas razões sobejamente conhecidas. Ainda assim, num exercício carregado do síndrome de Pollyanna, diria que a economia portuguesa será capaz de uma recuperação económica rápida e robusta se conseguirmos alcançar dois pressupostos básicos, um altamente objetivo, outro puramente subjetivo, i.e., liquidez e confiança. Assim, por um lado, liquidez de caixa nas empresas, sobretudo nas PME e empresas tecnológicas. Não só para fazer face às estruturas de custos, tipicamente pouco elásticas, como para poder investir em novos mercados e áreas de negócio. Por outro lado, doses cavalares de confiança nos empresários e decisores, que lhes permita olhar para as atuais oportunidades que o mercado proporciona e não ter receio de investir, na certeza de que o amanhã será bem melhor.



PAULO CÂMARA
Managing partner da Sérvulo

O período atual obriga a um posicionamento diferente das empresas portuguesas. O momento é de recomeço: estamos perante "the great reset", como indicou acertadamente o presidente do World Economic Forum, Klaus Schwab. Importa repensar de raiz a estratégia, a estrutura de governação, o financiamento, a relação com o ambiente e os 'stakeholders'. No tocante à estratégia, cabe desenvolver formas de

retomar uma dinâmica vencedora na exportação de produtos e serviços, através de um relacionamento inevitavelmente mais digitalizado com clientes e parceiros, mas que não signifique uma desumanização das relações comerciais: a confiança continua a ser um fator-chave no sucesso empresarial. No plano da governação societária, é tempo de apostar numa estrutura mais inclusiva que implique clarificação do propósito de cada sociedade, de modo a tornar visível aos seus acionistas, clientes e 'stakeholders' a sua razão de ser, os seus valores e as suas prioridades, de curto, médio e longo prazo. E este não é um jogo de soma zero: acredito que a retoma económica premiará todas as empresas cujo propósito envolva uma maior responsabilidade ética, ambiental e social. Neste contexto, qual deve ser o papel do Estado? Desburocratizar os procedimentos administrativos, aligeirar a carga regulatória sempre que excessiva, simplificar a fiscalidade, ser cumpridor nos seus compromissos perante fornecedores, gerir de modo transparente os futuros recursos financeiros europeus, apoiar a descarbonização da economia, facilitar a inovação, ser exemplar na conduta ética e na defesa da reputação da Nação.



DUARTE DE ATHAYDE
Managing partner da Abreu Advogados

Não é possível prever quanto tempo é que a situação pandémica irá permanecer entre nós e de que forma é que irá evoluir, o que naturalmente afeta qualquer juízo de prognose de recuperação económica. Nos próximos anos, Portugal vai receber diversos apoios provenientes de fundos europeus: além dos 15,3 mil milhões de transferências a fundo perdido, chegarão ainda mais 29,8 mil milhões em subsídios do orçamento da UE para 2021/27. Numa situação de crise como a que vivemos, devemos necessariamente ter mais intervenção direta do Estado na gestão operacional e não apenas na definição estratégica da atividade das empresas. Como tal, existem alguns aspetos que acreditamos serem chave na recuperação económica, privilegiando o papel e a responsabilidade estatal na economia real. O Banco Português de Fomento (BPF), se bem governado, poderá ser um importante instrumento de promoção da competitividade das empresas nacionais. A digitalização da banca tradicional, com o levantamento de estruturas regulatórias, também poderá ter um papel importante. A digitalização dos serviços do Estado que pode ser uma oportunidade única. O apoio à banca num alívio das exigências regulatórias para que continue a desempenhar o seu papel na economia real. A criação de apoios à capitalização das empresas, a aposta na rede de infraestruturas, o fomento das exportações, o alívio da carga fiscal, a introdução de melhorias na gestão dos processos judiciais, a captação de investimento estrangeiro e finalmente um investimento significativo na área da saúde.